

Manifesto Liberal

Amarílis de Souza Birchal*

Um grupo de intelectuais renomados publicou um manifesto na revista mensal *American Prospect* denunciando que a Guerra do Iraque é “ilegal, estúpida, e que destrói a reputação e a moral dos Estados Unidos”. O manifesto proclama uma visão contemporânea de liberalismo que, ao mesmo tempo em que é atacada, pode ressurgir. Com o título “We Answer to the Name of Liberals”, traduzido por “Respondemos pelos Liberais”, o manifesto foi escrito por Bruce Ackerman (cientista político e professor de Direito Constitucional da Universidade de Yale) e Todd Gitlin (jornalista e sociólogo do estado de Colúmbia), e assinado por quarenta e quatro pensadores de primeira linha, incluindo ganhadores do Prêmio Nobel, do Prêmio Pulitzer, do programa MacArthur Fellowship, presidentes anteriores da American Economic Association, da American Political Science Association, da American Sociological Association, e um chanceler da American Academy of Poets.

O manifesto condena o esforço do presidente para “isentar[-se] das prescrições jurídicas” e seu sistemático ataque aos direitos fundamentais, incluindo os dos cidadãos estadunidenses comuns. Enfatiza ainda a forma como as “as políticas do pânico praticadas pelo governo desviam a atenção sobre perguntas perturbadoras que tratam da justiça social e da sobrevivência do meio-ambiente”. E mais extraordinário ainda é o “desprezo geral pela razão” praticado pela administração. “Seja ao tratar de pesquisa científica, desenvolvimento, controle de natalidade, políticas exteriores, preços de medicamentos, ou mesmo da forma como toma decisões, o governo Bush tem carecido de clareza e de lógica, sabotando até mesmo seus funcionários públicos”.

A pedido de Bruce Ackerman, publicamos, a seguir, a íntegra do manifesto e os nomes dos signatários.^b

* Tradutora e Professora na Universidade Estácio de Sá.

Respondemos pelos Liberais*

Bruce Ackerman

Todd Gitlin

Políticos de direita nos chamam de marionetes de Osama bin Laden, ataca Tony Judt em um ensaio ampla e fervorosamente discutido, que foi publicado na London Review of Books, que afirma que os liberais estadunidenses – sem distinção – “coadunam com a catastrófica política externa do presidente Bush”. Ambas ponderações não têm sentido.¹

Obviamente este é o momento exato para que os liberais se autodefinam. A verdade que realmente importa é que a maioria dos liberais, incluindo os que assinaram o manifesto, definiu nossos rumos ao longo dos últimos cinco amargos anos. Temos repudiado pública e consistentemente as devastadoras políticas do governo Bush e nossos diagnósticos, ai de nós, vêm sendo comprovados pelos eventos. O colapso de Bush é uma consequência direta do seu repúdio aos princípios liberais. Se quisermos que o país se restabeleça, devemos começar retomando tais princípios.

* * *

Nós nos opusemos à Guerra do Iraque alegando que ela é ilegal, estúpida, e que destrói a reputação dos Estados Unidos. Esta guerra incitou, e continua a incitar, as *jihads* (guerras santas) cujo comprometimento com o pavor e a violência injustificável foram amplamente demonstrados pelos ataques de 11 de setembro e pelos massacres na Espanha, Indonésia, Tunísia, Inglaterra e vários outros lugares. Ao invés

* Tradução do original em inglês por Amarílís de Souza Birchall. Para consultar a versão original, publicada na edição de novembro de 2006 (vol. 17, n. 11), acesse o endereço eletrônico www.prospect.org.

¹ Cf. <http://www.lrb.co.uk/v28/n18/judt01.html>

de nos proteger, a guerra do Iraque ameaça de forma geral a segurança dos estadunidenses e de seus aliados.

Acreditamos que o Estado de Israel tem o direito de existir e de manter suas fronteiras seguras, livres dos ataques militares, quase como acontecia em 1967, e que o governo dos EUA têm grande responsabilidade no sentido de alcançar a tão esperada paz no Oriente Médio. Mas o governo de Bush tem falhado. Falhou na missão de buscar um rumo positivo e estável. Desencorajou as perspectivas de um entendimento honroso entre israelenses e palestinos. Encorajou os ataques desproporcionais de Israel sobre o Líbano, após as incursões do Hezbollah, resultando em uma enorme destruição de vidas e propriedades civis.

Não façamos confusão! Acreditamos que em certas ocasiões o uso da força pode ser justificado. Defendemos o uso da força norte-americana conjuntamente às dos nossos aliados na Bósnia, Kosovo e Afeganistão. Mas só se deve lançar mão da guerra em último caso. A crença acentuada da administração de Bush nas intervenções militares é ilegítima e contraproducente. Cria inimizades desnecessárias, degrada a defesa nacional, desvia a atenção dos problemas verdadeiros e ignora a imperativa necessidade da construção de uma ordem internacional que conduza pacificamente as aspirações do crescimento do poder na Ásia e na América Latina.

O uso equivocado do poderio militar coloca em risco a liberdade do estadunidense em sua própria casa. O presidente requer autoridade, no papel de comandante-em-chefe, para jogar os cidadãos norte-americanos, civis ou militares em uma prisão militar por anos a fio, sem nem mesmo escutá-los para que as acusações feitas contra eles não sejam confrontadas. Ele sonha em ter poder para interceptar os telefones dos seus compatriotas, sem dar nenhuma garantia, violando efetivamente as ordens do Congresso. Tais usurpações são presságios de que, na eventual concretização de um novo atentado terrorista em território estadunidense, é de se esperar que sejam adotadas medidas muito mais drásticas.

* * *

Ao mesmo tempo, o presidente abre outras frentes de poder. Ele tenta isentar-se das prescrições jurídicas, expedindo centenas de “comunicados sinalizadores” que, de uma forma extremamente agressiva, abrangente e sem precedentes, fazem valer seu direito de ignorar o con-

trole exercido pelo Congresso. Tal descaso para como os representantes do povo converge em uma arrogância monárquica.

As políticas do pânico praticadas pelo governo desviam a atenção sobre perguntas perturbadoras que tratam da justiça social e da sobrevivência do meio-ambiente. Por remorso, o presidente tenta subestimar o princípio da taxaço progressiva. Em nome do patriotismo, promove um significativo corte nos impostos dos ricos graças a políticas que revigoram os nós que nos mantêm unidos em comunidade.

Reafirmamos o princípio central do liberalismo: que confere a todo cidadão o direito a uma vida digna no sentido mais elementar da palavra. Desejamos ardentemente que as sociedades dispensem aos seus cidadãos igual tratamento perante a lei – não importando as circunstâncias em que nasceram, a raça, o sexo, o poder econômico, a religião, a etnia ou a orientação sexual. Queremos redirecionar o debate às questões centrais concernentes aos cidadãos comuns norte-americanos – o direito à habitação, a sistemas de saúde decentes, a iguais oportunidades de emprego e salários compatíveis, assim como à integridade física e à sustentabilidade do meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Ao invés de assegurar estes princípios, o presidente e seu partido percebem a supressão dos votos favoráveis e propõem novas condições eleitorais que tornarão ainda mais remota a possibilidade de pessoas pobres e idosas exercerem seus direitos democráticos.

Esta insistência do governo em não aceitar a realidade atinge o auge da alucinação no momento em que se recusa a aceitar as descrições cientificamente comprovadas sobre as enormes alterações climáticas em curso. Na contramão de todos os alertas de especialistas respeitados, o governo tem falhado grosseiramente no que tange à sua responsabilidade perante nossos descendentes. Despreza sistematicamente o Protocolo de Kioto e se recusa a estimular a conservação de energia. Insistimos na necessidade de frear esta situação vergonhosa. Nosso governo deveria ter tomado a frente na redução dos gases causadores do efeito estufa, reconhecendo nossas responsabilidades como o maior poluidor mundial. Deveríamos investir massivamente em recursos energéticos que levam em consideração a gestão ambiental e ao mesmo tempo ajudam na reconstrução das nossas bases industriais.

O desprezo da atual administração em relação à ciência é um exemplo comparável ao desprezo pela razão – um preconceito que já deveria ter sido superado por todas as sociedades modernas. Seja ao tratar da pesquisa científica, do desenvolvimento, do controle de natalidade, de

políticas exteriores, dos preços de medicamentos, ou mesmo da forma como toma decisões, o governo Bush tem carecido de clareza e de lógica, sabotando até mesmo seus funcionários públicos. Recusa-se a consultar especialistas e críticos. Age em silêncio, desafiando os poderes do Congresso. Recusa-se a identificar seus consultores, ocultando até mesmo os nomes dos assessores do vice-presidente. Reprime os funcionários públicos que tentam cumprir suas tarefas. Nomeia partidários cuja lealdade política não compensa a incompetência. Quando é enfrentado, responde com mentiras e distorções.

* * *

Racionalidade é uma característica indispensável para um autogoverno democrático. Tal verdade, cristalina como a água, foi o principal compromisso dos fundadores da nossa república, que defendiam sua total compatibilidade com o direito ao livre exercício da religião, garantido pela Primeira Emenda. Ao debater as políticas públicas, o governo deveria fundamentar suas leis em padrões aceitos por todas as pessoas, independentemente de suas crenças religiosas. A pedra fundamental da democracia pluralista é o compromisso público para com a razão e a transparência. No entanto, ele tem sido ignorado pela atual administração através de uma crescente e sedutora campanha que estimula a ala mais dura da direita.

As falhas deste governo no respeito pelos processos da lógica comum geraram conseqüências previsíveis – nenhuma positiva. A administração Bush falhou na proteção de seus cidadãos contra desastres – desde os inimigos externos, do 11 de setembro de 2001, até o furacão e a enchente que afligiram a costa norte-americana do Golfo do México, em 2005. Levou também a guerra do Iraque a um impasse. É incapaz de apresentar uma estratégia plausível que leve a intervenção militar a uma conclusão sustentável.

Insistimos que os Estados Unidos precisam ser vigorosamente defendidos de nossos inimigos reais – os islamitas radicais que estão organizando um ataque. Mas para ter segurança não é preciso torturar e nem rejeitar as garantias primárias do devido processo legal. Ao contrário, a conduta “sem lei” desta administração e a violação da Convenção de Genebra afetam nossa moral e nossa habilidade para enfrentar os apelos feitos por representantes de ideologias violentas.

Ao defender a tortura, a era Bush engaja-se precisamente no mesmo tipo de relativismo étnico que se propõe a condenar. Enquanto isso, re-

culpa-se a enfrentar suas responsabilidades sobre as violações dos direitos humanos nas prisões de Abu Ghraib, Guantânamo e em qualquer outra parte. Por ter falhado em contingências óbvias, usa militares de baixa patente como bodes expiatórios, ao invés de identificar e punir os altos comandos pelos grandes absurdos.

Recusamos restringir nossas críticas às personalidades. Acreditamos que os abusos de poder que, devido às normas de Bush, vêm sendo lugar-comum, não saem somente de seu gabinete – e do vice-presidente – mas também de movimentos conservadores que, por décadas, vêm menosprezando a capacidade governamental de agir de forma razoável e efetiva para o bem-estar comum.

* * *

Amamos este país. E o verdadeiro patriotismo não consiste em vangloriar ou caluniar. Reside na devoção pelos grandes ideais constitucionais. Somos uma república e não uma monarquia. Acreditamos na norma constitucional e não em prisões secretas. Defendemos a justiça para todos e não o privilégio para poucos. Ao repudiar estes ideais estadunidenses, a era Bush desonra os Estados Unidos e prejudica nossa luta a favor de lideranças democráticas ao redor do mundo.

Será preciso trabalhar muito para desfazer tais erros. Não basta apenas derrotar nas eleições aquela ala dura da direita. Precisamos nos engajar em vários movimentos de conscientização política e inspirar as novas gerações a adotarem os princípios liberais, adaptando-os inventivamente a este novo século.

Abaixo-assinado:

George Akerlof, Berkeley
Jeffrey Alexander, Yale
Eric Alterman, City University of New York
Kenneth Arrow, Stanford
Ian Ayres, Yale
Benjamin Barber, Maryland
Yochai Benkler, Yale
Joshua Cohen, Stanford and Boston Review
Lizabeth Cohen, Harvard
Robert A. Dahl, Yale

Norman Daniels, Harvard
Michael Doyle, Columbia
Cynthia Fuchs Epstein, Graduate Center, CUNY
James K. Galbraith, Texas
Robert W. Gordon, Yale
Jorie Graham, Harvard
Adam Hochschild, Berkeley
Arlie Hochschild, Berkeley
G. John Ikenberry, Princeton
Christopher Jencks, Harvard
Pamela S. Karlan, Stanford
Michael Kazin, Georgetown
Chang-Rae Lee, Princeton
Margaret Levi, University of Washington
Sanford Levinson, Texas
Doug McAdam, Stanford
Jane Mansbridge, Harvard
Katherine S. Newman, Princeton
Robert Post, Yale
Robert B. Reich, Berkeley
Susan Rose-Ackerman, Yale
Ruth Rosen, Berkeley
Elaine Scarry, Harvard
Arthur Schlesinger Jr, Graduate Center, CUNY
Richard Sennett, LSE and NYU
Kim Lane Scheppele, Princeton
Jane Smiley, Carmel Valley
Christine Stansell, Princeton
Charles Tilly, Columbia
Michael Tomasky, The American Prospect
C.K. Williams, Princeton
William Julius Wilson, Harvard
Alan Wolfe, Boston College
George M. Woodwell, Woods Hole Research Center